



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA QUARTA (14ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Quarta (14ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 08 de maio de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Leonardo David Zaniboni (10), Luís Roberto Tavares (11), Luiz Antônio Guarnieri (12), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (13), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Waldemar Marcurio Filho (16) e, ausente, Osvaldo Aparecido Quaglio (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a Vereadora Daniela Dalben Mota para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Terceira (13ª) Sessão Ordinária, realizada em 05 de maio de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 45, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 31/2014, datada de 08/05/2014, objeto do Ofício nº 31/2014, de igual data, “tombando, como patrimônio histórico, o muro do entorno da quadra 15, do Santíssimo Sacramento, constante das dependências da Necrópole Municipal”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 46, de 2014, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 33/2014, datada de 09/05/2014, objeto do Ofício nº 33/2014, de igual data, “dispondo sobre a revogação da Lei Municipal nº 5.521, de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a aprovação e instituição do Plano Municipal de Saneamento Básico”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei Complementar nº 03, de 2014, de autoria da Comissão de Vias e Logradouros Públicos, “acrescentando incisos ao parágrafo 3º, do Artigo 5º, da Lei Complementar nº 214/2002, que instituiu normas para denominação de locais públicos”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº. 31 e 33/2014 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 45 e 46/2014 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 267, 269 e 281, de 2014, do Sr. Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre o andamento das obras da creche Pedagoga Géssia Cristina Cruz Mazon, no Jardim Paulista”, “sejam oficiadas a direção da Santa Cruz Transportes, bem como a Gerência de Trânsito e Transporte da Prefeitura de Mogi Mirim, objetivando que adiantem, para as 5 horas da manhã, o horário inicial de tráfego do ônibus, que circula do Jardim Paulista/Jardim Floresta, para o centro da cidade” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, reiterando-lhe o exposto na Indicação nº 485/2014, que sugeriu a implantação de uma área de lazer, para atendimento dos bairros periféricos Jardim Floresta e Jardim Planalto”; nº. 268, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que remeta a documentação referente à tramitação da verba federal de cinquenta mil reais, obtida junto ao Deputado Federal Ricardo Trípoli, destinada à castração de cães e gatos”; nº 270, de 2014, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe quanto à viabilidade de reprogramação do semáforo, instalado no cruzamento da Avenida Brasil, com Rua do Tucura”; nº 271, de 2014, do Vereador Dr. Ary Augusto Reis de Macedo, solicitando, “seja oficiada a Direção da Viação Santa Cruz, bem como a Secretaria de Mobilidade Urbana, para que informem quais medidas estão sendo tomadas para o itinerário do transporte público, para a nova sede do PAI – Pronto Atendimento Integrado”; nº 272, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre a possibilidade de a Prefeitura promover ampla divulgação do fornecimento, sem custos, por parte do Poder Público, de projetos de ampliação, para habitações populares”; nº 273, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiada a direção da Concessionária Renovias S/A, bem como a ARTESP, requerendo-lhes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informações sobre instalação de placas, indicando a entrada, nos bairros que fazem margem com a Rodovia SP-340”; nº 275, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que preste informações a respeito da indenização a ser paga aos servidores públicos municipais e qual a somatória total do valor de tal indenização”; nº 276, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, bem como o Secretário Municipal de Saúde, Gérson Rossi Júnior, e a presidência do Conselho Municipal de Saúde, para que informem sobre a implantação da Carreira de Estado no SUS”; nºs 277 e 278, de 2014, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que preste informações a respeito dos produtos fornecidos nas cestas básicas dos funcionários públicos, bem como cópias do empenho e nota fiscal paga à empresa fornecedora das cestas básicas” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp, para que preste informações a respeito da Rua do Rosário, trecho entre a Rua José Bonifácio e Rua Ulhôa Cintra, considerando resposta encaminhada através do Ofício nº 338/2014”; nº 282, de 2014, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “seja oficiada a Mesa da Câmara a realização de audiência pública, para receber informações, conhecer, discutir e acompanhar problemas, cronograma, analisar documentos do Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de Abril”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 339 e 340, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “realização de concurso de fotografias para fotógrafos amadores e profissionais, que tenham como modelos pessoas com deficiência física” e “realização de concurso de moda inclusiva para costureiras”; nºs 341, 342, 343, 344 e 355, de 2014, do Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “serviço de roça e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

limpeza na área verde pertencente à Prefeitura, na Rua Antônio Longatto, no Jardim Nova Santa Cruz”, “recapeamento e operação ‘tapa buracos’ na malha asfáltica da Rua Vereador Humberto Barros Franco, no Jardim Scomparim”, “implantação de sinalização e redutores de velocidade na Rua Benedito Alves Paulino, no Bairro Santa Luzia”, “implantação de dispositivos de captação e direcionamento de águas pluviais (galerias) na rua Luiz Gonzaga Guerreiro, Jardim Maria Beatriz” e “pintura de solo e placas de sinalização no cruzamento da Rua João Zeferino com Rua Heitor Paulo Zorzetto, na Santa Luzia”; nº 345, de 2014, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, sugerindo, “celebração de convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para estender, aos Guardas Civis Municipais, a atividade delegada, conforme artigo 24, do Código de Trânsito Brasileiro – CTB”; nºs 346, 347, 348, 349, de 2014, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “implantação da UPA 24horas na zona norte do município”, “recapeamento asfáltico na Rua Arthur Zuliani, no Jardim do Lago”, “recapeamento asfáltico na Rua José Polettini, no Jardim do Lago” e “recapeamento asfáltico na Rua Professora Guiomar Maretti Marangoni, no Jardim do Lago”; nº 350, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, “manutenção em placa, localizada na Avenida Adib Chaib, sentido Mogi Mirim/Mogi Guaçu”; nºs. 351, 352 e 353, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, sugerindo, respectivamente, “limpeza de galhos na Avenida Adib Chaib, trecho entre a rotatória da Monroe e a Praça Lions”, “revisão da instalação do semáforo da Rua do Tucura, em frente ao Supermercado São Vicente” e “reparos nas calçadas da região central da cidade, em especial na Rua Chico Venâncio, altura do número 40”; nº 354, de 2014, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, “retirada do padrão de energia instalado em frente à EMEB Regina Tucci, na Santa Cruz”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

31, 32 e 34, de 2014, do Sr Vereador Cinoê Duzo, propondo, respectivamente, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o atleta mogimiriano Andrei Pinheiro dos Santos, que se sagrou Bicampeão Paulista de Fisiculturismo, em evento na cidade de Americana”, “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com o triatleta mogimiriano Ivan Albano, Campeão do Brasil Ultra Triathlon/Campeonato Sul Americano de Ultradistâncias, disputado no Rio de Janeiro” e “sejam consignados, em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com a Secretaria de Assistência Social e para com o Fundo Social de Solidariedade, pela realização do Baile em Comemoração ao Dia das Mães, no Clube Mogiano”; nº 33, de 2014, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar e consternação, pelo falecimento da senhora Jacy Souza Amorim”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, datados de 06, 07, 08 e 09 de maio de 2014, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito do Requerimento nº 047/2014; Requerimento nº 106/2014; Requerimento nº 107/2014; Requerimento nº 182/2014; Indicação nº 220/2014; Indicação nº 226/2014; Requerimento nº 202/2014; Requerimento nº 209/2014; Indicação nº 225/2014; Indicação nº 238/2014; Indicação nº 251/2014; Indicação nº 231/2014; Indicação nº 237/2014; Indicação nº 232/2014; Indicação nº 245/2014; Indicação nº 246/2014; Indicação nº 254/2014; Indicação nº 262/2014; Requerimento nº 189/2014; Requerimento nº 064/2014; Requerimento nº 835/2014; Requerimento nº 158/2014; Requerimento nº 147/2014; Requerimento nº 144/2014; Indicação nº 233/2014; Indicação nº 234/2014; Requerimento nº 092/2014; Requerimento nº 190/2014; Requerimento nº 681/2014; Requerimento nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

731/2014, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Telegramas referências: n.ºs. 001948, 003594, 003595, 003596, de 2014, datados de 09 de maio do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se); Ofício n.º 233/2014, datado de 07 de maio último, subscrito pela Sra. Célia B. M Dal’Bó, Conselheira do Conselho Tutelar de Mogi Mirim, “respondendo ao Requerimento n.º 190/2014, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Waldemar Marcurio); Ofício n.º 09/2014, datado de 28 de abril último, subscrito pela Sra. Cinthia M. Z. C. Fantagussi, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mogi Mirim, “respondendo ao Requerimento n.º 190/2014, desta Casa de Leis”; (arquive-se, após dar ciência ao Vereador Waldemar Marcurio); Ofício n.º 127/2014, datado de 25 de abril de 2014, subscrito pelo Sr. Hércio José Ramos Brandão, Superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, “informando sobre o Ofício n.º 29/2014, desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência à Vereadora Luzia Nogueira). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, destacando minuta de projeto de lei que, em parceria com o Vereador Laércio Pires, tinha encaminhado ao Prefeito de Mogi Mirim, para autorizar um programa especial de parcelamento de débitos junto à Autarquia Municipal – SAAE. Explicou que a razão de tal iniciativa havia sido a situação dos Condomínios Santa Mônica e Santa Úrsula. O Vereador do SDD aclarou que a dívida dos condomínios junto ao SAAE era imensa, atualmente, no patamar de quinhentos e dezoito mil reais; que, procurados para explicações, os técnicos do SAAE haviam



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

esclarecido que, para cada casa dentro do condomínio, existia um hidrômetro, além de outro hidrômetro macro, instalado na entrada do condomínio; que a medição de todas as casas era feita pelos hidrômetros unitários e comparada com a medição da entrada do condomínio, cuja diferença era lançada para o condomínio; que isso gerara uma dúvida e o orador perguntava, se assim fosse, por que não instalar um hidrômetro macro no início de cada rua da cidade, ao invés de somente nos condomínios, porque existiam condomínios de baixa renda e, no caso da existência real de uma ligação clandestina, dentro do condomínio, não era correto punir outros residentes no condomínio; que isso gerara uma discussão do vereador com os técnicos do SAAE, porque não entendia a necessidade do hidrômetro macro; que prosseguiria com esta defesa dos condôminos, junto ao SAAE; que o SAAE detinha autorização para adentrar em condôminos e, por isso, deveria periciar e não instalar o hidrômetro macro; que existiam condomínios, com débitos superiores a um milhão de reais, e outros, de baixa renda, com dívidas acima de quinhentos mil reais, que todo este processo deveria ser repensado pelo SAAE, pois, caso contrário, a dívida se tornaria uma bola de neve, que nunca teria fim, porque seria uma briga eterna na Justiça, e que, o SAAE deveria repensar a instalação dos hidrômetros macro, na entrada dos condomínios, porque, da forma atual, só faria aumentar a dívida dos condomínios, em Mogi Mirim. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que relatou visita que fez à Capital Nacional, juntamente com o Vereador Luiz Antonio Guarnieri e com o assessor Nelson Victal do Prado, objetivando o trato de questões relativas à panfletagem, largamente distribuída na cidade, supostamente, assinada pelo Partido Solidariedade, bem como sobre a verba do PAC II, reservada para asfaltamento do Parque das Laranjeiras. Disse que tinha muitas novidades sobre a questão do PAC II e do asfalto no Parque das Laranjeiras, mas que, estrategicamente, só as debateria durante a audiência pública programada para o dia 28 próximo, ocasião para explanação sobre os recursos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

oriundos do PAC II, quando se reuniram, em mesa de debates, o Presidente do SAAE, Celso Cresta, o Secretário de Obras, Wilson Rogério, o Prefeito Gustavo Stupp e o Promotor de Justiça, Dr. Rogério Filócomo. Ainda sobre a viagem à Brasília, comentou visita feita ao Gabinete do Deputado Federal Paulinho da Força, Presidente Nacional do SDD, para relato da panfletagem que tinha envolvido seu nome. “Em Brasília, também estive no gabinete da Força Sindical e do SDD, para levar ofício, e relatei tudo o que ocorre em Mogi Mirim, deixando claro, que quero resposta do deputado Paulinho da Força e do Prefeito Gustavo Stupp, porque, juridicamente, já estou tomando as providências, e isso não vai ficar barato não, pois desejo Justiça, uma vez que colocaram meu nome numa mentira, e estou ingressando na Justiça, contra as pessoas que distribuíram os panfletos injuriosos, porque foi uma difamação”, destacou. Para finalizar, congratulou-se com toda a classe da enfermagem, pela efeméride do Dia Nacional da Enfermagem e informou que toda a classe estaria reunida em Brasília, com a presença de mais de quinhentos mil profissionais da área, passeata objetivando a votação do projeto da jornada de trinta horas, para a classe. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que comentou as respostas que recebera acerca de suas proposições, oriundas do Prefeito, as quais compartilhou. A respeito do Agita Gestante, projeto de incentivo físico às mães grávidas, informou que recebera aval da Secretaria Municipal de Saúde, para sua implantação, e que, o próprio Secretário Gérson Rossi estava apoiando a ideia. Sobre uma indicação, sugerindo policiamento para o Jardim Murayama III, informou que recebera resposta positiva, esperando o providenciado para breve, e se colocou à disposição, para reforço do pedido, no caso de necessidade. Também informou sobre a lei, relativa aos acompanhantes das mulheres grávidas, quando do momento do parto, dizendo que a lei estava sendo cumprida na Santa Casa local, mas que, se assim não fosse, que poderia ser novamente procurada e que melhor averiguaria a situação. Por fim, falou sobre o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Zoológico do Horto Florestal, local que visitou, para análise da acessibilidade, relatando ter notado algumas falhas, tais como, a ausência de rampas nos banheiros e a ausência de placas explicativas, em Braile, para os deficientes visuais, aclarando que tinha encaminhado solicitação para saneamento desses pontos e que, a resposta era a de que os pedidos seriam contemplados. Como os próximos oradores, Vereadores João Antonio Pires Gonçalves e Daniela Dalben Mota, inscritos, desistissem da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, comentando a sua indicação, para implantação de uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA, na zona norte da cidade, justificando que se tratava da segunda mais populosa zona do município. “A Santa Casa passa por muitas dificuldades e vamos observar como será a evolução do UPA zona leste, se for a contento, a instalação de uma segunda unidade, na zona norte, ajudaria e muito a questão da saúde, que é dificultosa”, salientou e finalizou sua fala. O próximo orador a discursar foi o Vereador Cinoê Duzo, que parabenizou os funcionários da Promoção Social, pelo evento realizado no Clube Mogiano, relativo às comemorações do Dia das Mães para a Terceira Idade, evento que o vereador classificou como “sensacional, organizado e maravilhoso” e, para encerrar, lembrou que, desde o seu primeiro mandato, estava pleiteando que tais eventos, propícios à terceira idade, fossem realizados, bimestralmente, porque não havia preço, constatar a alegria e a felicidade estampadas nos olhos dos idosos. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi. Este versou sobre o requerimento que apresentou, dirigido à Renovias Concessionária, solicitando de sua direção, a instalação de placas indicativas, mostrando as saídas da rodovia para os bairros de Mogi Mirim, para “evidenciar”. Também discursou o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, que fez uso da palavra para completar a fala do Vereador Luís Roberto Tavares, sobre a viagem à Brasília, para averiguação das verbas oriundas do PAC II, destinadas para o asfaltamento do Parque das Laranjeiras. Comentou que o grupo parlamentar buscara



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

verificar a situação das verbas do PAC II e tentar solucionar qualquer problema relativo, bem como entender toda a situação da verba do PAC a ser aplicada no asfalto do Parque das Laranjeiras; que havia também agenda com o Deputado Federal Nelson Marquazzelli, para quem também foi explanada toda a situação, que, depois, o grupo tinha visitado o Ministério das Cidades, para tratar a respeito de projetos, em especial, transporte e acessibilidade urbana, onde também estava envolvido o asfalto do Parque das Laranjeiras, e que, a questão era complexa, mas que, para a próxima audiência pública, agendada para o dia 28 de maio, o grupo estaria preparado, com mais dados e informações, para prestar explicações e para levantar questionamentos sobre a verba e saneamento básico. Depois o Vereador falou sobre as várias reclamações que estava recebendo, oriundas dos moradores Vila São José, especificamente, os residentes na Rua Francisco França de Camargo, onde existia um terreno, próximo a um riacho, local que estava recebendo quantidades exorbitantes de entulhos, inclusive, citando matéria relativa, publicada no jornal A Comarca, edição do último final de semana, que trazia mais informações sobre o caso. O Vereador lembrou que a reclamação dos populares era imensa, porque a quantidade de entulhos era inaceitável e se expandia, ficando, praticamente, em frente às casas dos moradores. Procurado a Secretaria de Obras, prosseguiu o orador, atendera-lhe a funcionária Vanessa, que lhe informara que havia uma autorização do proprietário, para que sua área fosse utilizada como depósito de materiais, mas afirmou que ela ficaria atenta, para possíveis multas, haja vista a proximidade do riacho, ao lado. Relatou que estivera também na Secretaria de Meio Ambiente, cuja dirigente se isentara de responsabilidade e lhe havia sugerido procurar o Departamento de Serviços Municipais. “Complicado isso, porque não é possível entender, o entulho está sendo depositado naquele local e a Prefeitura fica esperando surpreender o motorista, seja lá quem for, para só depois aplicar a multa”, ponderou o Edil e prosseguiu, dizendo que a Prefeitura tinha que ser mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

enérgica e tomar as devidas providências. Para encerrar, falou sobre reclamação dos moradores da Avenida Pedro Botesi, a respeito dos reparos, que estavam sendo feitos pela administração, na rede de esgoto, na altura do número 2200, afirmando que os reparos se iniciavam e não eram concluídos, permanecendo um estado de poeira, com pedriscos, oriundos dos buracos efetuados no asfalto. “Fomos procurar o setor competente, para que a administração exija um pouco mais da empreiteira contratada, procurando, inclusive, melhoria das medidas de segurança, para evitarmos problemas”, frisou e encerrou seu discurso. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que comentou suas proposituras, primeiramente, requerimento, que solicitou à direção da Secretaria Municipal de Saúde e à presidência do Conselho Municipal de Saúde, ações, em apoio ao projeto federal de implantação da Carreira de Estado do SUS no país, explicando que, após pesquisa feita com os profissionais médicos, noventa e seis por cento dos entrevistados haviam dito que retornariam à rede pública, diante de uma substancial melhoria do salário e da possibilidade de promoção na carreira e no serviço público, disposições que, no passado, haviam atraído grande competição para o ingresso. “É uma sugestão ao Secretário e ao Conselho de Saúde, mas também aos colegas vereadores, porque o projeto tramita na esfera federal, e peço que ajudem, junto aos deputados, para que o assunto seja apreciado o mais rápido possível, porque é muito importante e porque propiciará saúde de qualidade”, aclarou. Também falou sobre sua indicação, de igual teor ao do requerimento apresentado pelo Vereador Manoel Palomino, sugestão a respeito do semáforo instalado na Rua do Tucura, cruzamento com Avenida Brasil, que estava causando congestionamentos, desde a rotatória da Avenida Adib Chaib, e clamou por estudos, que dessem solução ao problema, e ainda, comentou indicação para limpeza da cidade, porque muitos locais estavam acumulando lixo e entulhos, obrigando os pedestres a transitar pelas ruas. “Peço atenção, porque além do exposto, temos o problema da Dengue e seus criatórios, os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

quais devem ser evitados, por isso, peço rapidez no serviço”, sublinhou e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. Este usou da palavra para dizer que, para a tristeza dos que torciam contra, o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Renato Nalini, tinha emitido decisão, suspendendo a tutela antecipada, espécie de liminar, que havia sido concedida pela Justiça local, em ação proposta pelo Ministério Público, em relação à proibição da contratação de novos procedimentos médicos, independentemente de licitação pública. O vereador recordou todo o caso, explicando que a oposição tinha ingressado na Justiça, para barrar a contratação de médicos e que o TJ/SP havia suspenso a proibição; que isso era algo muito bom para a população, a fim de que ela tivesse conhecimento dos verdadeiros fatos; que desejava agradecer a eficácia do Secretário de Saúde, Dr. Gérson Rossi Junior, porque, rapidamente, rebatera, com medidas judiciais, a ação da oposição, evitando, assim, que os serviços de assistência médica estacionassem, completamente, na cidade; que se assim não tivesse sido, os opositoristas estariam aplaudindo a situação e que, a população tinha que ter conhecimento da meia dúzia de opositores que desejava, a qualquer custo, barrar a cidade inteira, porque desejosos de complicar a vida do Prefeito, acabavam complicando toda a saúde da população. Prosseguindo, versou a respeito da panfletagem feita, que trazia mentiras a respeito de vereadores e envolvia o nome do Vereador Luís Roberto Tavares, reportando-se a uma panfletagem anterior, antiga, a qual propagara que os situacionistas haviam aprovado lei, que autorizava a venda do SAAE, outra inverdade. “O Vereador Robertinho, hoje, com a foto no panfleto, está sentindo na pele o peso da coisa e o quanto é difícil ser envolvido numa mentira, porque eu me lembro do panfleto, distribuído na praça da cidade, que colocava que os vereadores da base tinham vendido o SAAE e que tínhamos aprovado a taxa de iluminação e, sabemos que também são mentiras, porque certas pessoas soltam mentiras pela cidade, mas, na realidade, complicam a situação da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população e queimam a imagem daquele que quer o bem da cidade, pois desejam se promover em cima dessas coisas, mas a Justiça está dando o troco a esses chupins, que entendem que não é bom a cidade caminhar, mas, como disse, a Justiça está acompanhando e digo mais: há ex-prefeito, que teve os direitos cassados e está inelegível e para esse, nem precisou de CPI, porque a própria Justiça declarou, e CPI furada, aqui, temos que votar contra mesmo”, verbalizou o Edil, concluindo sua participação. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este, inicialmente, teceu agradecimentos à Presidente do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Mogi Mirim, Sra. Cinthia M. Z. C. Fantagussi, bem como à Secretária Municipal de Promoção Social, Beatriz Marangoni, e à Conselheira Tutelar Célia Dal’Bó, pelas respostas remetidas ao Requerimento nº 190/2014, de sua autoria, que tinha solicitado informações sobre o conselheiro tutelar Luiz Carlos Pinto e fatos que envolviam este nome. Depois, passou a discorrer sobre sua agremiação partidária, o PT, lembrando que tivera problemas internos no partido, tinha sido atacado, havia tentado “lavar a roupa” dentro do próprio partido, mas que, por uns e outros, tudo transparecera na imprensa, explicando, enfim, que se tratava de uma incompatibilidade pessoal e não partidária, e que, por esta razão, pretendia fazer a defesa do PT, em Plenário, em relação ao comentário tecido pelo Vereador Luís Roberto Tavares, que fora até Brasília, com seu colega de bancada petista, Vereador Luiz Guarnieri, em busca de esclarecimento sobre a verba do PAC II e outros assuntos. “E depois, vem aqui, e diz que agradece se a Presidente Dilma cair nas pesquisas de disputa à presidência”, inquiriu o Vereador, indignado, explanando que a atual presidente tinha grande vantagem na intenção de votos, dados das últimas pesquisas, e, falando sobre os recursos do PAC II, o petista salientou que muitos vereadores comentavam com populares, sobre as verbas para o Parque das Laranjeiras, sem saber o que estavam falando, eram inconsistentes, porque não tinham informações, sugerindo, inclusive, que fossem se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informar. “Tem que ter informações e o que você não sabe, procure se informar, porque o financiamento de vinte e um milhões de reais, que foi aprovado neste Plenário, por quatorze votos a dois contrários, foi para a construção de uma nova adutora bruta de água, para a ampliação da estação do SAAE, localizada em Martim Francisco, e para o tratamento de esgotos, logo, foi feito um projeto, que foi enviado anexo à petição do PAC, para infraestrutura do Parque das Laranjeiras, mas, ao invés de Vereadores ficarem discutindo, penso que poderiam se informar, antes de fazer críticas destrutivas, pois os documentos são públicos, e, antes de sermos vereadores, somos munícipes, e, se falar em relação ao meu partido, virei fazer a defesa sim, e para falar sobre o meu partido, a pessoa tem que ser apta e ter embasamento”, frisou, finalizando sua fala. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que versou a respeito da cesta básica dos servidores da Prefeitura Municipal, dizendo que estava recebendo muitas reclamações a respeito. Colocou que a cesta entregue, na semana passada, tinha o arroz, o feijão, o básico da família tomado por lavras, fungos e carunchos e solicitou ao Prefeito e à Secretária Municipal de Administração e Finanças, que tomassem conhecimento daquilo que estava sendo entregue e pago pelos cofres públicos, ou seja, a cesta básica. Disse ainda, dos problemas em relação à entrega da cesta, que não estava funcionando a contento, sugerindo, por fim, que a transportadora escolhida para tal finalidade fosse reavaliada, porque “não estava sendo um bom serviço”, e que este, era um pedido dos servidores. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que disse levaria a reclamação da Vereadora Maria Helena Scudeler, a respeito da cesta básica dos servidores, até o Prefeito Municipal, reforçando a solicitação. “Talvez o prefeito não tenha ciência do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

acontecimento, mas assim que tiver ciência, o problema será sanado, tenha certeza”, completou. O Vereador se demonstrou descontente com as falas a respeito da possível perda da verba do PAC II, para asfaltamento do Parque das Laranjeiras, dizendo-se um tanto revoltado com a especulação e com os comentários, inclusive, citações de que o prefeito já teria gasto o dinheiro, dirigido ao Parque das Laranjeiras, e de que a verba não mais viria, e o asfalto, por conseguinte, não seria implantado. “É mentira e eu tenho todos os motivos para cobrar o prefeito, pois sou morador, eu estou acompanhando, estou lado a lado com o prefeito e, aliás, eu quero dizer da ousadia e coragem do Prefeito Gustavo Stupp, o qual eu admiro, porque ele está assumindo todo o trabalho, quando sabemos, que a regularização está nas mãos do Governador do Estado e a Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental – DECUA está prometida para breve, portanto, assim que a DECUA for entregue, teremos a nossa escritura definitiva e seremos, de fato, donos de nossos terrenos, porque, hoje, só temos o contrato de gaveta e não podemos fazer financiamento algum”, falou. E prosseguiu, explicando sobre a verba, salientando que as disposições não eram fáceis de serem tomadas; que o dinheiro nem tinha saído dos cofres do governo; que, na quinta-feira, estaria reunido com o Secretário de Obras e Planejamento, na Caixa Econômica Federal – CEF, para apresentar documentos, que estavam faltando; que a administração estava trabalhando, insistentemente; que eram muitos os documentos exigidos, originando muito trabalho; que Mogi Mirim não conseguiria toda a verba, mas que conseguiria dinheiro suficiente para asfaltar o Parque das Laranjeiras; que tinha plena convicção de que o asfalto se iniciaria em breve; que a administração também acreditava nisso e estava trabalhando, porque já tinha comprado toda a tubulação; que seria feita também drenagem na área do loteamento; que estava sendo aberta licitação para a compra da tubulação, porque toda a tubulação seria trocada, que a administração estava trabalhando de forma séria e estava lutando, para fazer o serviço, e o serviço bem feito e, para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

encerrar, disse que o morador do Parque das Laranjeiras poderia dormir tranquilo. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 19h42, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 37, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “alterando dispositivo da Lei Municipal nº 4.750/2009, que estabeleceu benefícios fiscais aos empreendimentos industriais e habitacionais”. Juntamente com *emenda* do Vereador Leonardo David Zaniboni. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, Saúde e Assistência Social; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei nº 37/2014, do Prefeito de Mogi Mirim e emenda); (à Comissão de Justiça e Redação, para as atividades de estilo, remetendo-se, ato contínuo, à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 2. Projeto de Lei nº 42, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alterações na Lei Municipal nº 5.361, de 2013, que criou o Fundo Municipal de Esporte e Lazer”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei nº 42/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à Comissão de Justiça e Redação); “**ex-vi**” do disposto no § 2º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 3. Requerimento nº 265, de 2014, subscrito pela Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “requerendo a criação de Comissão Especial, para acompanhar as suspeitas e denúncia, que envolvem vereadores e funcionários da Prefeitura, na suposta Máfia do ISS”. Para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discussão a pedido do Vereador João Antônio Pires Gonçalves. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que disse ter comparecido à presença do Promotor de Justiça, em audiência realizada na última quarta-feira, para depoimentos a respeito da suposta Máfia do ISS, quando tinham sido também ouvidos os funcionários suspeitos, informando, igualmente, que o envolvido Jorge Vinicius dos Santos, ex-secretário municipal, não tinha sido escutado e que, a atual Secretária de Administração e Finanças, Elizanita Moraes, não tinha comparecido. “Quando os secretários fizeram a denúncia, citaram ‘vereadores’, então, pode ser que não se prove a existência de uma máfia, mas citaram ‘vereadores’, no plural, e, pela transparência na Câmara Municipal, peço o voto favorável dos nobres pares, embora eu saiba que se trata de um desgaste e que a denúncia já está no MP, sendo investigada, mas acho interessante que a Câmara acompanhe e peça a aprovação desta comissão, sob Presidência da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros”, explanou e concluiu sua participação. Fez uso da palavra, na sequência, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que disse que havia requerido a discussão da propositura, justamente, porque estava aguardando a audiência, que se realizara na última quarta-feira, com os envolvidos no suposto esquema. O Vereador afirmou ter certeza de que o Vereador Luís Roberto Tavares – Robertinho não estava envolvido na suposta Máfia do ISS e que, prova disso, havia sido o fato de que, cada convocado tinha dado explicações durante uma hora, mas o Vereador Luís Roberto tinha sido liberado em dez minutos de conversa com o Promotor. Explicou que votaria contra o requerimento, porque o assunto já estava sendo tratado na promotoria e que, a promotoria tinha escutado as partes, concedendo um prazo de trinta dias, para que a Prefeitura mostrasse as provas contra quem havia denunciado e perguntou por que aprovar algo tão desgastante. “Por que este desgaste?”, “o que poderá fazer a comissão?”, “chamar a empresa aqui, para ouvir tudo o que já disse ao promotor, que já está investigando?”, inquiriu. Reafirmou que a aprovação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da comissão especial seria um desgaste para todos, para os vereadores, para os componentes da comissão, para o Vereador Luís Roberto, que havia sido citado; para os funcionários envolvidos, para a empresa e para a Prefeitura e ratificou o seu voto, contra a composição da comissão, e estabeleceu ainda que, se aprovada a sua formação, não desejava dela fazer parte. “Se a comissão passar, não farei parte, porque não quero pressionar nenhum colega de Câmara e o moço não deve nada para ninguém e quem não deve, não teme, logo, eu não perdi nenhuma noite de sono, estou tranquilo e o Robertinho também, que é íntegro e honesto”, destacou e encerrou. Para defender seu requerimento, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. A Vereadora insistiu que o termo ‘vereadores’, no plural, havia sido utilizado em entrevista coletiva dada pelo auditor municipal, Paulo Menna Barreto, o ex-secretário Jorge Vinicius dos Santos e a Secretária de Administração e Finanças, Elizanita de Moraes, à imprensa local, razão que a levava, imediatamente, a buscar a formação de uma comissão especial. Relatou que o Vereador Leonardo Zaniboni tinha feito o registro para o pedido de composição de comissão para apuração dos assuntos relativos à Máfia do ISS, mas que ele tinha ‘guardado o registro na geladeira’, esperando vencer o prazo e nada tinha apresentado; que o prazo tinha terminado; que ela havia ingressado, então, com o pedido de instalação de uma comissão para acompanhamento, para que as informações não fossem trazidas apenas pelos jornais, mas houvesse uma fiscalização direta da Câmara, e que, estranhava a rejeição à ideia. “É assim que fiscalizamos?”, “é assim que somos vereadores?”, “receber mil reais, por sessão, para votar nome de rua?”, questionou e explicou que a proposta não tinha como objetivo criticar os envolvidos, muito menos o Vereador Luís Roberto Tavares, que votaria com a oposição, mas sim, indagar à Secretária Elizanita, se não pretendia incriminar mais vereadores, até porque, na opinião da Edil do PSDB, “tudo não passara de uma simulação das três pessoas, que tinham concedido a entrevista coletiva”. A Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

salientou que estivera com os funcionários auditores, envolvidos nas suspeitas, afastados que estavam da Prefeitura, e disse que a trajetória dos fatos era complicadíssima. “O caso é seriíssimo e nós não vamos invadir a esfera do Poder Judiciário, mas fazer o papel do Poder Legislativo, e eu proponho que ouçamos os três funcionários, numa sessão de Câmara, mesmo porque, enquanto a coletiva de suspeitas estava acontecendo, eles estavam trabalhando, portanto, eles não tinham conhecimento de nada, mas já estavam envolvidos, uma coisa estarrecedora”, colocou. Opinou que era necessário fazer cumprir o papel da vereança, destacou a soberania do Poder Legislativo e pediu o voto dos nobres pares. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que se posicionou favoravelmente ao requerimento, porque, além dos três funcionários envolvidos, o Vereador desejava a presença do ex-secretário Jorge Vinicius dos Santos na Casa, para lhe escutar, porque eram muitas as informações e boletins de ocorrência. Disse que tinha a certeza do não envolvimento do Vereador Luís Roberto Tavares, em toda a questão, que o objetivo da comissão não era o de julgar ninguém, algo que cabia à Justiça, mas sim, acompanhar o trâmite do processo todo e que, desejava o maior número possível de informações, porque entendia isso como “transparência”. “A transparência é obrigação do vereador, por isso, voto favorável”, sublinhou e concluiu. Também se manifestou o Vereador Laércio Rocha Pires, dirigindo-se à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “A Promotoria já ouviu todos os envolvidos, mas eu votarei, favoravelmente, ao requerimento da vereadora, todavia, apenas quero dizer que desconheço vereador, que deu iniciativa a uma investigação, nesta Casa, e nos trouxe novos dados, ou uma conclusão incisiva e a senhora vereadora fez parte da Comissão da Saúde, que não deu em nada, só serviu para fazer mágica, então, vou votar a favor, mas quero que a senhora apure e espero que não ocorra como com a Comissão da Saúde e que esta resulte em algo concreto”, destacou e finalizou. O próximo orador foi o Vereador Leonardo Zaniboni, que também respondeu a Vereadora Maria Helena



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Scudeler de Barros. “A vereadora disse que ingressei com registro de pedido de Comissão de Investigação e que o deixei na geladeira e eu digo à senhora, que ninguém é Deus, para saber o que penso”, salientou. Afirmou que tinha feito o registro do pedido de abertura de Comissão Investigativa, à época em que a questão ainda não estava sendo investigada pelo órgão competente, o Ministério Público – MP, justamente, para investigar, mas que, nesse ínterim, os fatos tinham se alterado, o MP iniciara suas próprias investigações e ele não mais vira razões para instalação de CI. “Eu vou votar favorável ao requerimento, em respeito à senhora, então, vamos acompanhar, embora tenhamos três bons jornais, na cidade, para nos colocarem a par dos fatos, mas, como disse, vou votar a favor, em respeito à senhora”, declarou e finalizou sua participação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a um (01) voto contrário, o Requerimento nº 265/2014, da Vereadora Maria Helena S. de Barros); (oficie-se como requer); **“ex-vi” do disposto no § 2º do Artigo 171 do Regimento Interno:** 4. PARECER nº 27/2014 da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO ao Balancete da Receita e Despesa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de Janeiro de 2014”; (submetido a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por quatorze (14) votos favoráveis a um (01) voto contrário, o Parecer nº 27/2014, da CFO); (arquite-se); 5. PARECER nº 28/2014 da Comissão de Finanças e Orçamento ao Balancete da Receita e Despesa da Câmara Municipal, referente ao mês de Fevereiro de 2014; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Parecer nº 28/2014, da CFO); (arquite-se); **EM PRIMEIRO TURNO:** **“ex-vi” do disposto no inciso I do Artigo 172 do Regimento Interno:** 6. Projeto de Lei nº 38, de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo P. da C. Palomino, “instituinto o Dia Municipal da Cultura e da Paz no Município de Mogi Mirim”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei nº 38/2014, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 7. Projeto de Lei nº 31, de 2014, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre denominação do Pronto Atendimento Integrado – PAI, na Zona Leste do Município de Mogi Mirim, de DR. DÉCIO MARIOTONI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei nº 31/2014, do Prefeito de Mogi Mirim); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 8. Projeto de Lei nº 44, de 2014, de autoria do Vereador Manoel Eduardo da C. Palomino, “instituinto o DIA FATEC DE PORTAS ABERTAS no Município de Mogi Mirim”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei nº 44/2014, do Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); 9. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei Complementar nº 02, de 2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “dando nova redação ao inciso II, do Artigo 2º da Lei Complementar nº 217, de 2008, que dispõe sobre desdobros e fracionamentos de imóveis com edificação”. Em caso de rejeição do PARECER DESFAVORÁVEL, o Plenário deliberará o Projeto de Lei, em Primeiro Turno, conforme artigos 55 e 56, do Regimento Interno; (submetido a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa rejeitou, por oito (08) votos contrários a sete (07) votos favoráveis, o parecer desfavorável da CJR ao Projeto de Lei Complementar nº 02, de 2014); Em votação o Projeto de Lei Complementar nº 02/2014, Primeiro (1º) Turno; (posto a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, por unanimidade dos presentes, o Projeto de Lei Complementar nº 02, de 2014, do Vereador Leonardo David Zaniboni); (à “Ordem do Dia”



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da próxima sessão para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o primeiro inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Luís Roberto Tavares. Este denunciou incêndios intencionais, que continuavam a acontecer em Mogi Mirim, especialmente, em área próxima ao NIAS, na zona leste, explicando que, além do perigo que causavam, os incêndios traziam problemas às gestantes, idosos e crianças. “Já pedi, já requeri, peço a conscientização das pessoas, porque os incêndios prejudicam a comunidade”, completou. Dirigindo-se ao Vereador Benedito José do Couto pediu que caminhassem juntos nas questões do Parque das Laranjeiras, para evitar ‘cabeçadas’, pois ambos eram vereadores da zona leste e representavam as minorias e as minorias desejavam, em verdade, as melhorias, sugerindo-lhe ainda, a troca contínua de informações, para somatória. Ratificou que faltava pouco tempo para a expedição da DECUA; que estava em contato com o Arquiteto João Manoel Scudeler de Barros, contato na Secretaria Estadual de Habitação; que o trâmite processual para expedição da DECUA passava por vários comitês, até o parecer técnico definitivo, que, era bem mais fácil estarem juntos, o Vereador Benedito e ele, objetivando a solução definitiva do problema e que, fora a Brasília para ter informações diretas sobre o caso do Parque das Laranjeiras. Por fim, também comentou o problema do lixo acumulado em terreno da Vila São José, dizendo que ali, havia ainda o problema de uma casa abandonada, na mesma área, na Rua Sete de Setembro, e que era ponto de usuários de drogas, e lembrou muitos outros imóveis abandonados, nas mesmas condições, solicitando providências junto aos fiscais da Prefeitura. Fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que também falou sobre o terreno na Vila São José, dizendo que também tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sido procurada por moradores reclamantes, afirmando que tinha conseguido barrar um caminhão de uma empresa, que estava jogando o entulho no local, e que, estava percorrendo as ruas da vila, coletando assinaturas para um abaixo-assinado dos moradores, com o objetivo de forçar uma solução definitiva, o mais rápido possível. Para finalizar, parabenizou a Secretaria de Cultura e o Sr. Sebastião Zoli Júnior, Correspondente Consular da Itália em Mogi Mirim, pela realização do evento Italianidade, mostra de fotos, com lugar no Centro Cultural de Mogi Mirim. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota, para parabenizar a classe da enfermagem, pelo transcurso do Dia da Enfermagem, comemorado em 12 de maio, informando que estivera no Gabinete do Prefeito, endossando a causa da jornada de trinta horas. “As enfermeiras dedicam seu tempo e fazem um trabalho maravilhoso e informo que eu estive no Poder Executivo, para cobrar a implantação da jornada de trinta horas, e que estou aguardando a resposta, porque eu queria trazer uma boa notícia, que fosse um presente para a área, neste dia, mas, infelizmente, hoje, ainda está em estudos, mas o Secretário de Saúde, Gérson Rossi Junior, disse que apoia a causa das trinta horas e, se Deus quiser, vamos conseguir o atendimento da reivindicação”, concluiu. Como os próximos inscritos, Vereadores Daniel Gasparini dos Santos, Cinoê Duzo, Jorge Setoguchi e Luiz Guarnieri, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. Esta conclamou os servidores para que acompanhassem o movimento, em relação a muitos assuntos que seriam discutidos no Plenário da Câmara, especialmente, a votação do dissídio, que deveria acontecer até o final do mês, esperando, igualmente, que não fossem necessárias sessões extraordinárias, para a votação da matéria, pois existira tempo útil, para um trâmite normal. Destacou que a demora trazia ansiedade aos funcionários, o que não era bom para ninguém; que esperava o acompanhamento dos servidores; que era cobrada pelos servidores, porque o Prefeito havia dito aos jornais, que dois



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

funcionários, de cada secretaria, seriam escolhidos para mesa de discussões, mas que ninguém fora convocado; que ninguém sabia o que estava ocorrendo, havendo necessidade de transparência no processo e, para encerrar, questionou quais critérios o Prefeito adotaria, para a escolha dos dois servidores que fariam o acompanhamento das negociações. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires que, desde logo, comunicou a aprovação, no dia 07 do corrente, pelo Congresso Nacional, de lei, que previa o aumento salarial das Agentes Comunitárias de Saúde e que, ele estava ingressando com o pedido de equiparação junto ao Prefeito de Mogi Mirim, para ajuste do salário das agentes locais, lembrando ainda, que há três anos lutava pelo citado benefício. Com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, colocado em votação, após rejeição do parecer desfavorável, e aprovado em primeiro turno, o Vereador do PPS teceu elogios, explicando que todos estavam sendo procurados, pelos populares, para alguma solução, em relação aos débitos, e ainda, para que a administração fizesse alguma coisa, tomasse uma atitude, a fim de desmembrar as ligações de água, as contas de luz e o IPTU dos moradores dos condomínios. “Quero agradecer a todos que votaram, rejeitando o parecer desfavorável, e quero dizer ao Vereador Leonardo Zaniboni, que sabemos que sua postura, enquanto Presidente da Comissão de Justiça, foi muito acertada, por isso, parabenizo-o”, declarou e finalizou sua fala. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que também comentou sobre a rejeição do parecer desfavorável, colocando que tinha compreendido a postura do Vereador Leonardo Zaniboni, enquanto Presidente da Comissão de Justiça e Redação, e que, tinha dado voto contrário ao parecer, porque sabia que o projeto de lei complementar beneficiaria muitas pessoas. Em relação ao Parque das Laranjeiras, o Vereador se reportou às palavras do Vereador Luís Roberto Tavares, aclarando que concordava com o vereador do SDD, em partes; que até evitava falar sobre o Parque das Laranjeiras, área de atuação dos Vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Robertinho e Benedito Couto, porque entendia que a ética era algo fundamental; que, às vezes, tentava evitar certos assuntos, para não ter desconforto; que, de fato, eram muitas as informações cruzadas; que os munícipes comentavam, realmente, que o recurso já tinha chegado à cidade e que o Prefeito o tinha desviado, que seria muito bom aos vereadores da zona leste, que se unissem, entrassem em acordo, entre si, e obtivessem as informações corretas, evitando, assim, a diversidade de falas em tribuna e, para concluir, disse que, de sua parte, não mais comentaria sobre o Parque das Laranjeiras, preferindo aguardar. Também fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, para reiterar o pedido feito pela Vereadora Luzia C. C. Nogueira, de atenção ao momento, bem como à proposta do Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais. “A proposta de plano de cargos e salários foi discutida no Centro Cultural, mas, pelo que foi dito lá, não é definitiva, logo, peço a todos que contatemos todos os setores da administração, para que não ocorra o que já ocorreu com o Plano de Saneamento, que foi votado de hora para outra, e eu me coloco à disposição, para ouvir os servidores de todos os setores da administração, para aperfeiçoar e melhorar a proposta feita pela FGV, que, tudo indica, não é trabalho perfeito e não é da satisfação dos servidores, então, que se faça um novo plano, para que esta Casa avalie e legisle sobre ele”, sublinhou e concluiu sua participação. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento da senhora *Jacy Souza Amorim*. Cumprida dita providência e nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 20h55, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM